

INFORMATIVO

Principais Legislações Aplicáveis na Área Rural

Apresentação

O Informativo apresentado é uma ferramenta indispensável para todos os produtores e interessados no setor agrícola e pecuário da nossa região. Elaborado pela Federação de Agricultura e Pecuária do Amazonas, este documento oferece uma compilação das principais leis e regulamentações que moldam o cenário agrícola e pecuário.

A Amazônia é rica em diversidade e potencial agrícola, mas sua exploração responsável requer um profundo entendimento das normas legais. Este informativo é uma fonte de orientação e conhecimento essencial, seja você um iniciante no setor ou alguém buscando se manter atualizado.

A Federação de Agricultura e Pecuária do Amazonas está comprometida em apoiar o desenvolvimento sustentável e responsável da nossa agricultura e pecuária. Este informativo reflete nosso compromisso em fornecer as informações necessárias para promover práticas agrícolas e pecuárias que respeitem nosso meio ambiente e contribuam para o progresso da nossa região.

O documento foi elaborado e atualizado em 26/04/2024 e está sujeito a alterações que podem ser encontradas no site <https://sapl.al.am.leg.br/materia/pesquisa-r-materia>

1. Legislação Federal

- Código Florestal (Lei nº 12.651/2012)
- Lei de Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei nº 9.433/1997)
- Lei de Proteção da Vegetação Nativa (Lei nº 11.428/2006)
- Código de Águas (Decreto nº 24.643/1934)
- Lei de Agrotóxicos (Lei nº 14.785/2023)
- Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/1998)
- Estatuto da Terra (Lei nº 4.504/1964)
- Código de Mineração (Decreto-Lei nº 227/1967)
- Lei do SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei nº 9.985/2000)
- Lei do Zoneamento Agrícola (Lei nº 8.171/1991)
- Lei de Regularização Fundiária (Lei nº 13.465/2017)
- Lei de Diretrizes e Bases da Política Agrícola (Lei nº 8.171/1991)
- Lei da Agricultura Familiar (Lei nº 11.326/2006)
- Política de Assistência Técnica e Extensão Rural (Lei nº 12.188/2010)
- Crédito Rural (Lei nº 4.829/1965)
- Títulos de Crédito Rural e Garantias (Decreto-Lei nº 167/1967)
- Novos Instrumentos e Garantias do Crédito Rural “Lei do Agro” (Lei nº 13.986/20)

2. Legislação Estadual

- Taxas de Serviço (Lei nº 6.173/2022)
- Política Estadual de Apoio à Agricultura Urbana (Lei nº 5.033/2019)
- Código de Direito e Bem-Estar Animal do Amazonas (Lei nº 6.670/2023)
- Licenciamento ambiental no Estado do Amazonas (Lei nº 3.785/12)

- **Política Estadual da Prevenção e Controle da Poluição, Melhoria e Recuperação do Meio Ambiente, e de Proteção aos Recursos Naturais (Lei 1.532/82)**
- **Política de proteção à fauna aquática e de desenvolvimento e aquicultura sustentável no Estado do Amazonas (Lei 2.713/01)**
- **Sistema Estadual de Licenciamento de Atividades com Potencial de Impacto no Meio Ambiente e aplicação de penalidades e dá outras providências (Decreto nº 10.028/87)**
- **Exigências para concessão da licença para exploração, beneficiamento e industrialização de produtos e subprodutos florestais com fins madeireiros (Lei nº 2.416/96)**
- **Política Estadual de Regularização Ambiental, dispõe sobre o Cadastro Ambiental Rural - CAR, o Sistema de Cadastro Ambiental Rural - SICAR-AM, o Programa de Regularização Ambiental - PRA, no Estado do Amazonas (Lei nº 4406/16)**
- **Cadastro Técnico Estadual de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA/AM) (LEI nº 4222/15)**
- **Disciplina a atividade de aquicultura no Estado do Amazonas (Lei n.º 4.330/16)**